

Questão

No alvorecer da República, dentre as muitas ações e discursos surge um novo modelo no Brasil denominado *Grupo Escolar*. Foi implantado pela primeira vez no Estado de São Paulo, em 1893. Esse tipo de instituição previa uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios.

Nesse sentido, leia o trecho a seguir e disserte um texto acerca das motivações que levaram a necessidade de instalação desse novo modelo de escola primária e dos valores patrióticos que foram propostos no ambiente escolar.

O debate entre intelectuais, políticos e educadores paulistas fluía para um tipo de escola primária que pretendia ser moderna e diferente daquela existente no Império: carente de edifícios, livros didáticos e mobiliário, precária em pessoal docente qualificado para o ensino de crianças e distante dos modernos métodos pedagógicos. Nesse sentido, para a recém-instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias graduadas – ou grupos escolares, como vieram a ser denominados – foi entendida como um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava, por sua vez, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal. (BENCOSTTA, 2005, p. 69)

Esse processo de inculcação de valores patrióticos nas mentes das crianças, que supostamente garantiria a construção de uma nação civilizada, pode ser melhor compreendido através de determinadas práticas escolares. Dentre elas, podemos destacar a incorporação do programa de educação moral e cívica, que se tornou co-responsável pela transmissão de um conjunto de princípios que corporificavam ideais patrióticos, que eram instrumentalizados nas salas de aula e nas palestras proferidas na escola, cujo principal objetivo era despertar os sentimentos de amor e dever à família, à sociedade e, principalmente, à pátria. É nesse ambiente civilizatório que emergem os desfiles e festas patrióticas. (BENCOSTTA, 2005, p. 75)

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil - V.III, Século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 68-76.

Espelho de Correção

O novo modelo de escola denominado de Grupo Escolar foi implantando, inicialmente, no Estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Segundo Souza (1998, p. 16), “[...], os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na

época”. Para trabalhar nos grupos escolares como professor, era preciso uma formação cuidadosa, a fim de que o profissional dominasse novos métodos de ensino, incorporando a percepção sobre um novo modelo educacional.

A formação dos professores nesse momento, passagem do século XIX para o XX, era uma das preocupações tendo em vista que esses profissionais em sua maioria eram pessoas leigas que possuíam poucos professores habilitados para o exercício do magistério.

Após serem implantados em São Paulo, os grupos escolares se expandiram, para as demais capitais do país tornando-se uma política dos estados. Esse novo modelo de escola pública introduziu inovações no ensino primário que possibilitou a criação de uma cultura organização administrativa, pedagógica e didática da escola.

Os grupos escolares correspondiam a uma modalidade escolar que possuía métodos inovadores, avançados, modernos para o ensino primário que se contrapunham aos métodos ultrapassados utilizados pelas escolas de primeiras letras do período imperial. Portanto, essa escola republicana tinha como objetivo primordial agrupar em um só prédio e sob uma única direção todas as escolas isoladas de uma determinada localidade de acordo com o crescimento da população escolar.

O cotidiano escolar dos grupos de diferentes estados do País era marcado por uma série de eventos com exposição de trabalhos, festas, visitas, hinos, desfiles, valores patrióticos, impostos, no cotidiano escolar, nos quais poderiam ser premiados alunos ou turmas com elogios, com assento especial, com a inclusão do nome em um quadro determinado de honra.

É certo que o método intuitivo foi uma marca indelével do ensino proposto na história dos grupos escolares, e constantemente utilizada como forma de convencimento para essa moderna pedagogia que se tornava uma realidade. No Brasil, sua introdução já tinha ocorrido, ainda no final do Império, quando Rui Barbosa traduziu e adaptou o livro *Primeiras lições de coisas*, do americano Norman Allison Calkins, como complemento do Relatório de Instrução Pública sobre o Ensino Elementar do Ministro Manoel Pinto de Sousa Dantas. A difusão desse conjunto de regras e princípios normativos iniciou-se pelas Escolas Normais, para que ele contribuísse substancialmente na formação didática dos futuros professores primários. Sua proposta de organizar a construção do conhecimento de modo simultâneo foi uma clara oposição ao ensino mútuo ou método Lancaster, bastante comum no século XIX, que reunia em uma mesma sala alunos com idades e níveis diferentes de escolarização. A seriação e a uniformização dos conteúdos sancionados pelo método “lições de coisas” foi responsável por organizar o tempo escolar, distribuindo gradualmente os conteúdos nos quatro anos que compunham o curso primário, o que resultou no uso de livros didáticos, de literatura infantil e cartilhas ajustados ao currículo da escola primária. Entretanto, o caráter inovador desse método não impediu críticas da parte dos professores dos grupos escolares, que foram refratários às mudanças que

lhes eram impostas pelas autoridades de ensino que, na maioria dos casos, estavam longe do cotidiano escolar.

Outra característica dos grupos escolares, nesse momento de inauguração de novidades, foi a figura do seu diretor, cargo que até então não existia na esfera pública escolar primária frente à nova realidade educacional em construção. Além de suas funções administrativas com vistas a ordenar o cotidiano dos professores e alunos, ele deveria ser o responsável por retransmitir e atualizar junto ao corpo docente aqueles conteúdos discutidos nas escolas normais e entendidos como inovadores. Mesmo com a crescente e acentuada presença de mulheres professoras, isto não impediu que este cargo, por sucessivas décadas, fosse ocupado quase que unicamente por homens, o que demonstra que o universo masculino ainda tinha receios de perder para as mulheres o espaço de poder da autoridade máxima e representante primaz do Estado na escola. É uma certeza histórica que os homens iriam se afastar do magistério primário, por conta de seus baixos salários, fator principal do desinteresse por esta carreira, que para eles não mais apresentava grandes atrativos. Tal brecha as mulheres souberam aproveitar, no sentido de ter na escola primária um dos poucos espaços de atuação na esfera pública, em uma sociedade regida pelo universo masculino que, a todo custo, ainda conseguia majoritariamente condicionar as mulheres na esfera de suas vidas privadas. Contudo, tal possibilidade de atuação não significou, ao menos nas primeiras décadas do século XX, que os cargos de direção fossem ocupados por mulheres, realidade esta que paulatinamente foi sendo conquistada ao longo da segunda metade daquele século.

A intensificação das demandas escolares, compostas por uma população estudantil que testemunha a ida das meninas, juntamente com os meninos, para escola, representa a incorporação de um princípio no qual a instituição pública republicana assegura o direito das crianças meninas adquirirem conhecimento que as instruísem, ao menos em seus níveis mais elementares, em igualdade de condições àquela instrução destinada aos meninos. Entretanto, é preciso salientar que não foi o fato das meninas estarem indo à escola que tornou a co-educação uma realidade nos primeiros anos da instalação dos grupos escolares no Brasil. A co-educação só iria ser implantada muito lentamente, ao longo do século XX. Ainda os espaços, os professores e, até mesmo, algumas poucas disciplinas, eram diferenciados para meninos e meninas, como por exemplo as atividades inseridas na disciplina Prendas Domésticas, destinada ao público discente feminino, na qual ensinava-se o trabalho com agulhas, bordados, enfeites, crochê etc. Outro exemplo foram as aulas de Educação Física que ocorriam em horário e público definidos conforme o sexo.

É importante ressaltar um outro aspecto acerca da população escolar, que se tornou uma preocupação, dentre muitas, entre os intelectuais da educação e as autoridades de ensino. Trata-se do constante alerta a respeito dos problemas que a frequência irregular dos alunos poderia acarretar na consolidação da proposta educacional dos grupos escolares. A intermitência na assiduidade foi uma constatação que a escola teve que admitir ao não conseguir manter em suas carteiras aqueles alunos pertencentes às camadas sociais economicamente desfavoráveis, quando suas famílias os convocavam para tarefas domésticas e/ou remuneradas no mesmo horário dos estudos escolares. Coube aos Estados, através de suas legislações, instaurar dispositivos que estabelecessem de modo impositivo a obrigatoriedade de ensino às crianças em idade escolar, não tendo sido incomum ameaças de punição aos pais que descumprissem tais determinações. Contudo, as determinações legais dificilmente conseguiram assegurar, pela obrigatoriedade do ensino, a almejada regularidade na frequência.

Ao longo da história dos grupos escolares, coube aos órgãos de ensino organizar os programas adotados pelas de disciplinas da escola primária. Durante a sua primeira fase, caracterizada pelos esforços de implantação dessa nova modalidade de ensino, a distribuição do conhecimento escolar nos quatro anos de formação elementar previa a transmissão de matérias como: leitura, caligrafia, aritmética, desenho, linguagem, música, geometria, trabalhos manuais, história, ginástica, geografia, e cosmografia, ciências físicas e naturais – higiene, moral e cívica.

Em outros momentos, como s de expansão e consolidação dos grupos escolares na realidade educacional brasileira, a oferta de disciplinas sofreu modificações singulares, conforme o momento histórico de cada Estado. Porém, ao estabelecer reformas curriculares para o ensino primário, junto à questão da escolarização, estava o desejo de formar bons cidadãos que continuassem fiéis e comprometidos com a pátria, independente do regime político à frente no país.

Esse processo de inculcação de valores patrióticos nas mentes das crianças, que supostamente garantiria a construção de uma nação civilizada, pode ser melhor compreendido através de determinadas práticas escolares. Dentre elas, podemos destacar a incorporação do programa de educação moral e cívica, que se tornou co-responsável pela transmissão de um conjunto de princípios que corporificavam ideais patrióticos, que eram instrumentalizados nas salas de aula e nas palestras proferidas na escola, cujo principal objetivo era despertar os sentimentos de amor e dever à família, à sociedade e, principalmente, à pátria. É nesse ambiente civilizatório que emergem os desfiles e festas patrióticas.

Os desafios patrióticos dos grupos escolares são vistos como uma forma de imprimir sentimentos cívicos, principalmente pelo fato das autoridades de ensino responsáveis pela sua organização compreenderem essas celebrações como co-participantes da organização da comunidade escolar frente à vida social. Portanto, o relembrar das datas cívicas pelas comemorações foi repetidamente proclamado como um dos pontos altos dessas manifestações que eram programadas no calendário escolar, datas em que as afetividades políticas eram postas em cena, não deixando de se manifestar o estreitamento de laços de comunhão e de solidariedade cívica entre alunos, professores, funcionários e familiares.

Para finalizar esta visão panorâmica, que procurou explicar brevemente a inserção dos grupos escolares na realidade histórica da educação brasileira, entendemos e interpretamos que os papéis por eles desempenhados ao longo da maior parte do século XX – é bom lembrar que sua extinção ocorreu nos primeiros anos da década de 1970 por sua substituição paulatina pelo sistema de ensino de 1º Grau determinada pela Lei n. 5.692/71 – marcaram profundamente, com erros e acertos, a cultura da escola primária pública brasileira. (BENCOSTTA, 2005, p. 71-76)

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil - V.III, Século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 68-76.